



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO VIOLÊNCIA EPISTÊMICA E PÂNICO MORAL EM TEMPOS DE RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO

Bruna Andrade Irineu¹

Resumo: A partir da compreensão dos conceitos de “violência epistêmica” e “pânico moral” desenvolve-se análise acerca do ataque a política de educação brasileira, especialmente no que tange as movimentações conservadoras em torno de projetos de lei como “Escola sem Partido” e leis municipais de “combate a ideologia de gênero nas escolas”. Resultante de reflexões desenvolvidas em pesquisa sobre as políticas públicas para população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos), este artigo apresenta também desafios para formação profissional em Serviço Social e para o trabalho profissional da/o assistente social no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação; Violência; Serviço Social.

Abstract: From the understanding of the concepts of "epistemic violence" and "moral panic", analysis is made of the attack on Brazilian education policy, especially regarding the conservative movements around bills like "School without a Party" and laws municipal schools of "combating gender ideology in schools". Resulting from reflections developed in research on public policies for the LGBTI population (lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and intersex), this article also presents challenges for professional training in Social Work and for the professional work of the social worker in the context Brazilian.

Keywords: Gender; Sexuality; Education; Violence; Social Work.

Introdução

No ano de 2018, o movimento LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos) brasileiro completa 40 anos de seu processo organizativo. Nesse tempo, muitas transformações podem ser percebidas tanto em suas pautas e estratégias políticas quanto entre os sujeitos políticos que foram reconfigurando as lutas e resistências no campo da diversidade sexual e de gênero. (ÁVILA e GROSSI, 2014; ALMEIDA, 2005; IRINEU, 2016).

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <brunairineu@gmail.com>

O Serviço Social brasileiro também tem acompanhado essas mudanças incorporando paulatinamente as demandas LGBTI à agenda de lutas da categoria profissional. Isso tem se dado, através da incorporação do debate de gênero e direitos humanos no âmbito das reformulações do código de ética de 1993 e das diretrizes curriculares de 1996; da aprovação de resoluções de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e do uso de nome social as pessoas trans e campanhas como “Amor fala toda às línguas” do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); de decisões de assembleias deliberativas da ABEPSS indicando diretrizes para inserção de conteúdos disciplinares obrigatórios nos projetos pedagógicos de curso abordando gênero, sexualidade e raça/etnia; e do reconhecimento da produção de conhecimento nessas discussões temáticas a partir de chamada de dossiês especiais em revistas como a *Temporalis* (ABEPSS), *Em Pauta* (UERJ), *Serviço Social e Sociedade* (Cortez), *Katalysis* (UFSC) e *Ser Social* (UnB).

Indubitavelmente, outras categorias profissionais tem se somado a luta pela livre expressão de gênero e orientação sexual, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Federal de Medicina (CFM). Todavia, observa-se também movimentações anti-LGBT por parte de segmentos conservadores no Legislativo federal, estaduais e municipais e nas próprias profissões supracitadas como o grupo de “Psicólogos Cristãos” em defesa de tratamentos de “cura” das homossexualidades e transexualidades. Em tempos onde as mídias sociais ganham uma relevância sobressalente, basta entrar na *fanpage* do CFESS e analisar os comentários feitos nas postagens acerca destes temas, que veremos manifestações insatisfeitas com os debates no campo dos direitos humanos (aborto, identidade de gênero, livre orientação sexual, por exemplo).

Natividade e Oliveira (2016) apontam que as novas guerras sexuais conformam respostas reacionárias a conquistas recentes do movimento LGBT no Brasil. A criação do Programa Brasil sem Homofobia (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT (2009), as realização das conferências nacionais e estaduais de direitos humanos LGBT, o fomento a formação continuada em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais e a produção de materiais didáticos sobre diversidade sexual para escolas foram

fundamentais para, mesmo que de maneira pouco institucionalizada, descontínua e com baixa dotação orçamentária (IRINEU, 2016), colocar a LGBTfobia na agenda no poder público brasileiro.

Assim, este artigo busca analisar os processos que tem culminado no ataque conservador a educação brasileira destacando como o projeto Escola sem Partido, a não inclusão de gênero nos Plano de Educação e “caça às bruxas da ideologia de gênero” fazem parte de um processo amplo de pânico moral e violência epistêmica contra as coexistências e coproduções de gênero, raça, etnia, sexualidades e classe social.

Desenvolvimento

Sueli Carneiro (2005), feminista negra e pesquisadora brasileira, nos afirma que ao não ensinarmos o pensamento social de intelectuais negras e negros nos bancos das universidades brasileiras, estamos corroborando com o epistemicídio do conhecimento negro. É Boaventura de Souza Santos, em Pela mão de Alice, quem conceitua o epistemicídio enquanto um aniquilamento de saberes, conhecimentos e de culturas não ocidentais, que acredito ser melhor nomear como culturas e teorias do Sul Global (CONNELL, 2014).

Deste modo, a violência epistêmica é uma forma de não reconhecimento do pensamento produzido pelas intelectuais que elaboram saberes e conhecimentos descentrados dos cânones acadêmicos e das teorias do Norte Global. O apagamento e vigilância epistemológica são entendidos aqui, como estratégias de violência contra formas e maneiras de pensar engajadas com as coproduções de gênero, raça, etnia, sexualidades e classe social.

Apoio-me assim, nas leituras do feminismo negro, para discutir o epistemicídio e violência epistêmica ao pensamento LGBTI, que em grande medida está referenciado nas teorias feministas, sejam eles transfeministas, feminismo negro, estudos queer, feminismo materialista e decolonial. Embora haja reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero ancoradas no campo da sexologia ou da biogenética, por exemplo, não tem sido estas análises as atingidas por estratégias epistemicidas. Pelo contrário, estas são colocadas em

campos opostos e em confronto constantemente, como maneira de reverberar argumentos que reforçam perspectivas essencialistas da sexualidade, do gênero e da raça, cujos discursos reféns do determinismo biológico colocam mulheres, LGBTI e negros/as como sujeitos anormais e perigosos a ordem social.

Portanto, parto da compreensão de que nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero, ou melhor, no pensamento LGBTI, partilhamos de um mesmo campo político ainda que tenhamos perspectivas teóricas que se distinguem, estas partem do construtivismo social do gênero, da raça, da etnia e da sexualidade, diferentemente daquelas que advém do determinismo biológico. Logo, retomo um trecho do texto “Intelectuais Negras” de bell Hooks, que considero necessário para fortalecer a aproximação dos campos que adiante demonstrarei serem atingidos pela violência epistêmica:

Constantemente perseguida e castigada na família as tentativas de entender meu destino me empurraram para o pensamento analítico crítico Manter-me a distância de minha experiência de infância vê-la com um distanciado desligamento foi para mim uma estratégia de sobrevivência Para usar o termo psicanalítico de Alice Miller tornei-me minha própria testemunha esclarecida capaz de analisar as forças que atuavam sobre mim e através dessa compreensão manter um senso separado de mim mesma. Ferida as vezes perseguida e vítima de abusos encontrei na vida intelectual um refúgio um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir minha identidade subjetiva. Esse reconhecimento vivido de como a mente pelo pensamento crítico podia ser usada a serviço da sobrevivência como podia ser uma força curativa em minha luta para combater o desespero da infância me permitiu tornar-me um eu autônomo na família disfuncional e levou me a valorizar o trabalho intelectual. Valorizava-o não por ter-me trazido status ou reconhecimento mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. (HOOKS, 1995, p. 466).

A autora acima, feminista negra e pesquisadora americana, retoma as motivações pelas quais o mundo acadêmico tornou-lhe um refúgio. A práxis enquanto caminho para transformação social e construção de uma ordem societária sem opressões, levou-a acreditar na potência da educação superior e

na ciência engajada. Muitos de nós, pensadoras/es feministas e LGBTI, partilham do que hooks e tantas outras/os intelectuais negras/os tem dito em seus escritos, práticas políticas e estudos acadêmicos. Sem lugar para nos desenvolver plenamente em uma ordem burguesa, que se ancora intrinsecamente na desigualdade, na exploração e na opressão, a família torna-se uma das primeiras instituições a nos negar e “castigar”. A produção intelectual, via organização política ou engajamento acadêmico, passam a ser estratégia para algumas e alguns que acessam a educação formal e/ou espaços de formação política.

A ascensão de intelectuais feministas, LGBTI e negros passa ocorrer, no bojo do processo democrático, nunca de maneira facilitada, mas continuamente sem legitimidade por distinguirem-se do eruditismo exigido às e os pensadores formados nos grandes centros de investigação europeu. Deste modo, a universidade torna-se outro obstáculo ao pensamento LGBTI, negro e feminista, forçando-nos constantemente a responder sobre o teor de cientificidade de nossas produções de conhecimento, mesmo entre estudiosos de áreas onde a objetividade das ciências sociais já não se constitui um dilema.

As produções intelectuais dissidentes contribuíram para alcançar avanços políticos no campo democrático e republicano, como o reconhecimento de direitos no plano jurídico, legal e político às mulheres, população negra e LGBTI. Sufrágio universal, licença maternidade, divórcio, cotas quilombolas, raciais, indígenas, casamento LGBTI, aborto legal, transição da identidade de gênero e educação sexual nas escolas vem sendo aprovadas, reconfiguradas e alteradas aos poucos nos países da América do Sul nos últimos cem anos. Todavia, também tem sido constantemente ameaçados por setores conservadores, que tem se aliado politicamente com maior frequência e avançado na esfera pública nos últimos 15 anos no Brasil. Uma das formas consideráveis de atuação destes setores, que envolvem na Câmara e no Senado Federal grupos ruralistas e evangélicos, é o uso do pânico moral para criar uma instabilidade social acerca de temas LGBTI e feministas:

Os pânicos morais cristalizam medos e ansiedade muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram mas deslocando-os como “Demônios do Povo” em um certo grupo social identificado (comumente chamado de “imoral” ou “degenerado”). A sexualidade tem tido uma centralidade particular em tais pânicos, e os “desviantes” sexuais tem sido bodes expiatórios onipresentes. (RUBIN, 2012, p. 32).

Nesse sentido, Natividade e Oliveira (2013) verificam que se valendo da homossexualidade como ameaça, as instituições religiosas tomam o “pânico moral como parte de estratégias”, buscando veicular essa ideologia por meio de “mensagens e imagens que incitam ao medo”, como uma “arma política que opera por meio de uma mobilização do senso comum” (p. 117). Nessa lógica, “este discurso produz uma polarização entre religiosos (representantes de Cristo na Terra e da “verdade” da Salvação) e ativistas LGBT (agentes da corrupção moral, a serviço do “Inimigo” e suas hostes demoníacas) (p. 96).

Em soma às guerras por definição e legais, há formas menos óbvias de conflito político que eu nomeio como guerras de território e fronteira. Os processos através dos quais as minorias sexuais formam comunidades e as forças que buscam para restringi-las leva a combates sobre a natureza e limites das zonas sexuais. (RUBIN, 2012, p. 33).

Assim, “pânicos morais são o “momento político” do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social. A histeria da escravidão branca nos anos 1880, as campanhas anti-homossexual dos anos 1950 [...] foram pânicos morais típicos” (p. 35) da cultura estadunidense. A construção do Brasil Moderno, especialmente na mudança de regime político Império-República, envolveu também um projeto de nação marcado por medos e temores, imbuído em pânicos morais.

As elites temiam a violência e o perigo que projetavam nos negros e mulatos, questão “racial” que se associa diretamente a preocupações com uma variedade de “desvios”. Os temores raciais, sexuais e de gênero se associavam e eram visíveis, por exemplo, nas analogias científicas entre raça e gênero baseadas nas ideias de que “as raças inferiores representam o tipo ‘feminino’ das espécies humanas, e as mulheres representavam a ‘raça inferior’ de gênero”. Negros, mulheres e os recentemente denominados de homossexuais eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começarem a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. Como seres “sob suspeita” justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento. (MISKOLCI, 2012, p. 07).

A moral sexual foi uma grande aliada na construção do projeto de nação, onde a família nuclear se fez base. A psiquiatria foi uma área que desempenhou importante papel criando diagnósticos dos “desvios”, que por sua vez eram associados ao declínio familiar. Miskolci (2012, p. 25) avalia, ainda, que “pânicos morais e manifestações individuais de medo guardavam uma perspectiva masculina e dominadora sobre a realidade social”, que se alinhava também aos interesses econômicos característicos do capitalismo dependente.

Para Bamberger (2012), a agudização das contradições entre poder político e econômico das classes dominantes em oposição ao conjunto da classe trabalhadora são determinantes no desenvolvimento dependente latino-americano. Neste sentido, a educação é um ponto fulcral no contexto brasileiro, haja visto que sofre com a degradação que culminou de um largo processo trilhado pela opção da elite brasileira em realizar a “inserção consentida e subordinada ao grande capital, aceitação de nosso papel subalterno na divisão internacional do trabalho, com a hipertrofia da formação para o trabalho simples” (FRIGOTTO, 2008, p. 529).

Mészáros (2005, p. 25) nos direciona a uma importante análise ao afirmar que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas auto-servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. Para ele, buscar margens de “reforma sistemática no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital” (IBIDEM, p. 26), caso se queira construir uma alternativa educacional significativamente transformadora.

Neste sentido, não acreditamos que a mera inserção de conteúdos programáticos sobre gênero, sexualidade, raça, etnia e classe social nas escolas serão suficientes para um real e concreta transformação educacional. Todavia, tomamos como objeto de análise neste artigo as ações legislativas, atos políticos e discursos públicos que acreditam que esta mera inserção deve ser veementemente combatida por seu potência destrutiva dos valores e normas sociais.

Na seara LGBTI, os entraves que culminaram na não inserção do termo “opção sexual” no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e do engavetamento do Projeto de Parceria Civil de 1995, já se notava a forte articulação entre setores da elite rural e religiosa do país. Porém, o advento de manifestações como as Parada do Orgulho LGBT na esfera pública, demonstraram a consolidação do movimento LGBTI brasileiro, no início dos anos 2000. Buscando novamente o Poder Legislativo, emerge o Projeto de Lei de Criminalização da Homofobia, no ano de 2006, nomeado por seus opositores de “mordaça gay”. As experiências anteriores, fizeram com que o ativismo buscasse também alternativas no Judiciário, através do processo que culminou na ampliação dos direitos previdenciários ao segmento LGBTI, em 1999; e no Executivo, que envolveu a criação do Programa Brasil em Homofobia (BSH), em 2004.

O BSH, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH), assim como a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas para Igualdade Racial (SEPIR), na gestão de Lula, no Partido dos Trabalhadores (PT), foram determinantes para criação de iniciativas como as formações continuadas em gênero e diversidade no Ministério da Educação (MEC). Entretanto, foi este mesmo ministério quem esteve envolvido em um dos mais emblemáticos momentos para o debate de gênero e diversidade sexual, que foi o veto de Dilma Rousseff, ao Kit Escola sem Homofobia, a partir de pressão da Bancada Evangélica. O esgarçamento da política de conciliação do PT, se deu não somente pelo viés da conciliação de classes sociais, como também no campo ideocultural através da tentativa de conciliar demandas antagônicas, como aquelas vinculadas ao ativismo feminista e LGBTI com às relacionadas ao setores religiosos articulados pela Bancada Evangélica no Congresso Nacional (IRINEU, 2016).

O Projeto Escola sem Homofobia, do qual o Kit Escola sem Homofobia é fruto, buscou contribuir com o BSH no MEC, promovendo um ambiente de respeito à diversidade sexual e de gênero. O projeto foi executado pela Global Alliance for LGBT Education (GALE) e as ONG's Pathfinder, Ecos – Comunicação e Sexualidade, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde sexual e reprodutiva e a ABGLT (LEITE, 2014). O recurso do projeto foi

articulado no Congresso Nacional pela ABGLT, através de emendas parlamentares da Deputada Fátima Bezerra (PT) no ano de 2007. O projeto envolveu pesquisa em 11 capitais, encontros com educadoras/es e elaboração de materiais educativos (caderno, boletins e vídeos). A suspensão de Dilma, devido a pressões, foi feita na fase final de aprovação do material pelo MEC o argumento de Fernando Haddad (Ministro da Educação na época) foi de que o material seria “inadequado”.

Leite (2014) recupera, a partir de um *clipping* de matérias jornalísticas², o percurso dos tensionamentos e pressões que levaram a suspensão do Kit, que ganhou projeção nacional sob título de “Kit Gay”. O deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ) é peça chave nesse contexto, pois torna-se o primeiro “inimigo público” do projeto, reiterando em diversas manifestações públicas e à mídia que o material estimulava a “promiscuidade” e ao “homossexualismo”. Enquanto o deputado movimentava-se na Comissão de Direitos Humanos posicionando-se contrário ao material, o MEC respondia as suas acusações informando que o material seria para Ensino Médio. Bolsonaro elaborou um material para ampla distribuição onde cita o Plano LGBT e o Escola sem Homofobia como ações do governo para incitar a homossexualidade a crianças de 7 anos de idade. Na busca por legitimidade ao projeto, as organizações executoras do mesmo, solicitam parecer do CFP, UNAIDS e da UNESCO, sobre o mesmo. Os pareceres favoráveis apontam o projeto como necessário ao combate ao preconceito, e indicam que o material é apropriado as faixas etárias indicadas.

O senador Magno Malta (PR-ES) e João Campos (PSDB-GO) entram posteriormente em cena. Com o relançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, a partir de iniciativas do Deputado Jean Wyllys e da Senadora Marta Suplicy, as disputas com a Frente Parlamentar Evangélica se evidenciam. É nesse período que o CNCD-LGBT lança sua primeira moção, com apoio ao material. A moção foi articulada pela ABGLT, informando que o ministério estaria “segurando” a distribuição do Kit por pressão de alguns segmentos religiosos.

² Não é de intenção desenvolver detalhadamente esse debate. Sugiro, contudo, a consulta de Vanessa Leite (2014) para maior aprofundamento.

Leite (2014) afirma que a linha final para o veto, se inicia quando Deputado Garotinho (PR/RJ) comunica que a Frente Evangélica, composta por 74 deputados, não votaria nenhum projeto na câmara até o governo recolher vídeos anti-homofobia. O MEC se reúne com os organizadores do Kit e no dia posterior com a Bancada Evangélica, após isso, em matéria do jornal O Globo sugere-se que Haddad teria afirmado que o MEC não alteraria o conteúdo do material. Na sequência, matéria do jornal A Folha, aponta que Bancada Evangélica estaria mirando o chefe da Casa Civil Antônio Palocci, “envolvido em escândalo de enriquecimento suspeito” (LEITE, 2014, p. 204). É nesta sequência, que Dilma entra em cena afirmando que não concordava com o material, cujos trechos havia visto na televisão, e que seu governo não fazia “defesa de A, B e C”.

O mês de maio de 2011 foi paradigmático para as lutas LGBT, iniciando com o reconhecimento do STF a união estável entre pessoas do mesmo sexo, ao passo que na última a presidenta Dilma veta o Kit Escola sem Homofobia, sob argumento de que o governo não faria “propaganda de opção sexual” e desqualificando a política editorial do MEC ao dizer que tudo que tenha a ver com “costumes” terá que passar pelo crivo da Presidência da República. As reações que envolveram o veto ao Kit Escola sem Homofobia no ano de 2011, ganharam força enquanto resposta organizada da bancada evangélica as pautas por direitos sexuais e reprodutivos no país. O pânico moral acerca da existência de uma agenda da “ideologia de gênero” fortaleceram grupos conservadores religiosos a participarem ativamente das conferências de educação e a interpelar qualquer processo de inclusão dos temas de gênero, sexualidade e diversidade nos planos de educação entre os anos de 2014 e 2016.

A própria formulação da Base Curricular Nacional envolve um processo de apagamento dos temas supracitados, a partir de um tácito discurso que os mesmos estariam incluídos nos debates sobre ética. O já citado PLC 122 de criminalização da homofobia, foi engavetado após sucessivas tentativas do Conselho Nacional LGBT buscar conciliar o texto, que desde 2010 já não se apresentava como aquele de 2002, do setorial LGBT do PT e com deputados da bancada evangélica.

Neste bojo, observa-se também o avanço progressivo do Projeto Escola sem Partido, no Legislativo nacional. Os discursos em prol do Escola sem Partido se ampliaram especialmente a partir de campanhas promovidas por juventudes reacionárias, que hoje se organizam em espaços como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Movimento Vem pra Rua, e que disputaram as ruas com segmentos jovens progressistas nas Jornadas de Junho de 2013. No projeto, verifica-se a criminalização do pensamento crítico, da esquerda partidária, da liberdade de cátedra e dos movimentos sociais. O pânico moral contra às esquerdas, ao comunismo e ao socialismo, a organização política da mulheres, negros e negras, e população LGBTI são ancorados em discursos conteudistas e mercantis para as escolas. No ano de 2017, apoiadores do Escola sem Partido, chegaram a se organizar contra a vinda da filósofa Judith Butler ao Brasil, entendida por eles como a principal ideóloga de gênero a ser combatida, e a persegui-la no aeroporto.

Deste modo, reitero que

É justamente o caráter incerto do fenômeno e suas consequências que cria a sensação coletivamente experimentada de fragilidade, temor propriamente social e histórico que tende a gerar demandas por intervenção coletiva. Pânicos coletivos materializam demandas vocalizadas por empreendedores morais que, não necessariamente, criaram ou detém o poder sobre a sociedade que consideram sob ameaça e para a qual clamam proteção da opinião pública, da Igreja e ou do Estado. (MISKOLCI, 2012, p. 25).

O campo educacional brasileiro, embora tenha em sua história a tentativa de curricularização da educação sexual, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em meados da década de 1990. É marcadamente negligente com processos educativos que promovam as discussões de gênero e sexualidade, nem mesmo quando agências e organismos internacional incentivaram fortemente este debate no *roll* dos direitos humanos na perspectiva do liberalismo democrático. As orientações dos organismos internacionais aos países em desenvolvimento têm sido feitas com vistas a influenciar no desenho das políticas sociais, especialmente na educação (LEHER, 1999) e na proteção social desde a década de 1990.

Conclusão

Diante disso, vemos que no que se refere ao campo da diversidade sexual e de gênero, o pânico moral se articula como elemento central na violência epistêmica contra o pensamento e a produção intelectual LGBTI. Neste sentido, elenco como desafio ao Serviço Social o compromisso efetivo com práticas político-pedagógicas que problematizem a violência epistêmica em seu projeto de formação profissional. É necessário compreendermos que o debate sobre gênero, sexualidade, raça e etnia se articula a classe social nas dimensões de exploração e opressão social, especialmente no contexto latino-americano de capitalismo dependente. E, portanto, são categorias intrínsecas as discussões acerca da questão social e dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social.

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. (COLLINS, 2015, p. 13)

Cabe a nós enquanto profissão e área de conhecimento, analisar de que maneira temos contribuído com a subordinação dos sujeitos ao revistarmos o percurso que levou a construção do significado social desta profissão circunscrita na história do Brasil. Bem como, avançar na efetivação das Diretrizes Curriculares Nacionais e nos encaminhamentos realizados nos espaços de construção da ABEPSS quanto a incorporação do debate racial, de gênero e sexualidade nos conteúdos obrigatórios nos currículos de Serviço Social.

Konder (2005, p.7) afirmou que “pagamos um preço alto, na moeda da inquietação, para não transformar nossas convicções, ao expô-las, em “verdades” definitivas, em conclusões peremptórias, em certezas científicas”. E, embora sejamos sinceros, “corremos sempre o risco de cometer na prática a feia ação que condenamos na teoria”. Encerro este texto com mais questões do que respostas, e me pergunto: qual a possibilidade de mudanças concretas incidirem

na realidade de violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em uma ordem capitalista?

As respostas não virão em um receituário, o que demonstra que o tema não se esgota neste trabalho. Certamente, há muito a ser investigado, analisado, avaliado e recontando em termos de memória, política e processos democráticos de exercício da sexualidade, do gênero e de raça/etnia.

Hoje vivemos um cenário de crise política que colocam em tela as fraturas de nossa jovem democracia e as estratégias políticas que foram desempenhadas na disputa de projetos políticos, projetos de poder e projetos de sociedade. Neste bojo, a dualidade política expressa hoje os restos de uma política de conciliação que buscou reunir sujeitos historicamente antagônicos, impondo assim um cenário de riscos e incertezas, do qual nossa cultura política tem “horror”. Entre os “dois lados” existem muitos outros sujeitos e tantos outros caminhos, resta saber o que restará das ruínas para que refaçamos nossas táticas e estratégias políticas.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. **“Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids”**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IMS, 2005.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. **“Nós queremos somar!”** A emergência de transhomens no movimento trans brasileiro. Disponível em: <https://www.academia.edu/7803170/_N%C3%B3s_queremos_somar_-_A_emerg%C3%Aancia_de_transhomens_no_movimento_trans_brasileiro>. Acesso em: 20 out. 2014.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, Brasil, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão**. Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42 (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4).

CONNELL, Raewyn. "O Império e a criação de uma Ciência Social". **Contemporânea**, São Carlos: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, nº 2, jul./dez., 2012, p.309-336.

_____. "A iminente revolução na teoria social". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, out., 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, Nov. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462007000300011>.

FURLANI, Jimena. "**Ideologia de gênero**"? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09 pp., 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

IANNI, Otávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1992.

IRINEU, Bruna A. **A política pública para população LGBT no Brasil: homonacionalismo e homofobia cordial na tramas da participação social**. Tese [Doutorado em Serviço Social] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

KONDER, Leandro. **As artes da palavra**: elementos para uma poética marxista. São Paulo: Boitempo, 2005.

LEHER, Roberto. "Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo". **Outubro**, São Paulo, nº 1, p.19-30, 1999.

LEITE, Vanessa J. "**Impróprio para menores?**" Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas". Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MÉSZÁROS, Istvan. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2013.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso em: 08 jan. 2018.